

A recomposição das relações entre ruralidade e urbanidade no Québec: rumo a novas estratégias para um desenvolvimento territorial solidário*

Bruno Jean**

RESUMO

O texto propõe uma mudança nas relações entre a ruralidade e a urbanidade no Québec. A partir de uma revisão da própria história dessa relação nos primórdios da colonização no Québec, o autor analisa a ruralização e sua influência no desenvolvimento regional do Québec. O texto apresenta igualmente uma reflexão sobre as novas estratégias para um desenvolvimento territorial solidário que, segundo o autor, deverá ser um vasto campo de trabalho para pesquisadores e atores do desenvolvimento territorial no Québec dos próximos anos.

Palavras-chave: Ruralização; Urbanização; Desenvolvimento territorial solidário.

ABSTRACT

THE RECOMPOSITION OF RELATIONSHIPS BETWEEN RURALITY AND URBANITY IN QUEBEC: TOWARDS NEW STRATEGIES FOR A SOLIDARY TERRITORIAL DEVELOPMENT - The paper proposes a change in the relationships between rurality and urbanity in Quebec. Starting with a review of this historical relationship in the early colonization of Quebec, the author analyses the ruralization and its influence in the regional development of Quebec. The study also presents a reflection on the new strategies for a solidary territorial development that should become a huge working field for future researches and actors in the territorial development of future Quebec.

* O presente texto foi apresentado no colóquio *Territoires et fonctions: quels modèles de développement, de gouvernance et d'intégration pour le XXI^e siècle? Bilan d'expériences depuis 1945*, realizado em Rimouski (Canadá) durante os dias 20 e 22 de maio de 2003. (tradução para o português de Sílvia Marcus de Souza Correa)

** Titular da cátedra de pesquisa do Canadá em desenvolvimento regional e membro do Centro de Pesquisa em Desenvolvimento Territorial (CRDT) da Universidade do Québec em Rimouski (UQAR)

Keywords: Ruralization; Urbanization; Solidary territorial development.

Introdução

O estudo das relações entre cidades e campos foi relativamente negligenciado no Québec (COURVILLE, 1996; HARVEY, 1996; SAINT-PIERRE, 1994); contentou-se, freqüentemente, com modelos interpretativos elaborados em outros contextos históricos, particularmente na França, e que não davam bem conta da realidade do Québec. Por exemplo, desde seu início, a sociedade colonial que se instala no vale do rio São Lourenço é uma sociedade urbana que se tornará rural às vésperas da Conquista¹, por deficiência, por necessidade e não por escolha. E se o meio rural teve um papel importante enquanto suporte do crescimento urbano (em recursos naturais e humanos), uma certa urbanidade prejudicou a compreensão das relações de interdependência entre o rural e o urbano.

No entanto, um conjunto de fatos recentes, a começar pelo aumento da sensibilidade ambiental, tornou aquilo que acontece nos campos algo de grande interesse das populações urbanas e de interesse de toda sociedade. As relações tradicionais entre o rural e o urbano estão em vias de se recompor, alguns falam até de um novo contrato social entre os produtores rurais e os consumidores urbanos. Tentaremos explorar as vias pelas quais as populações urbanas e rurais, ao invés de se colocarem como adversárias, poderão se tornar parceiras de uma nova dinâmica de desenvolvimento solidário, segundo o modelo quebequense de desenvolvimento territorial se construindo sobre a base de uma melhor compreensão das relações rural-urbanas à época da nova economia e do desenvolvimento sustentável.

O título do presente artigo é deliberadamente pretensioso; pois, ele anuncia aquilo que necessitaria todo um programa de pesquisa e sobre o qual evocaremos apenas alguns aspectos. Este programa de pesquisa concerne às relações rural-urbanas que não são assim estudadas, pois os domínios dos estudos rurais e urbanos representam comunidades científicas que não têm interfaces comuns, ao menos no Québec.

I O lugar da ruralidade e da urbanidade na identidade quebequense

Segundo os manuais de história, o Québec teria sido uma sociedade rural que se urbanizou rapidamente durante o século XX. Defenderemos aqui uma tese diferente à luz de uma releitura das relações que a sociedade quebequense manteve com a ruralidade, isto é, relações muito mais complexas que aquelas que se ensinam na escola. Para compreender os desafios atuais do desenvolvimento territorial no Québec, parece necessário lembrar do papel e do lugar da ruralidade na construção da identidade quebequense.

¹ A Conquista a que se refere o autor é a conquista britânica sobre a colônia francesa na América do Norte do início do século XVIII em meados do século XIX. N. do T.

I.1 Primeiramente, uma sociedade urbana

O Québec foi primeiramente uma sociedade rural como é comumente admitido pela vulgata histórica? A sociedade colonial que se instala no vale do rio São Lourenço, contrariamente daquilo que se pode pensar por causa do meio natural, é uma sociedade urbana. A experiência rural se limita a alguns estabelecimentos agrícolas em torno das cidades, ao comércio de peles com os aventureiros² que partem da cidade para retornar depois de longos e perigosos périplos. É verdade que o intendente Talon pretendia fundar na Nova França uma sociedade rural baseada sobre o modelo agrário europeu. Assim, herdamos instituições "rurais" fundamentais como o *rang*³, a paróquia e o senhorio. Mas a população do Québec colonial é fortemente concentrada nas três cidades: Québec, Trois-Rivières e Montreal.

É a Conquista britânica que vai pôr fim a esta sociedade tipicamente urbana do regime francês e acelerar o surgimento de uma sociedade rural no Québec. O regime inglês suscita uma "ruralização" desta sociedade colonial. Trata-se muito mais de uma imposição do que uma escolha. Órfã de sua classe política e mercantil de retorno à metrópole, a população sobrevive pela inflexão econômica sobre a terra e sob a conduta de um clero com pouca margem de ação entre a população francófona e os novos conquistadores anglofônicos.

Durante os 150 anos que seguem a Conquista inglesa, assiste-se a uma primeira formação de uma armadura urbana gerada pela necessidade de criar pequenos centros industriais para transformação de matérias-primas, principalmente a madeira. Estas primeiras cidades se consolidam, geralmente, naquilo que elas se tornarão com o sistema político (Confederação canadense), ou seja, como lugar-chefe dos distritos judiciários e do sistema religioso (organização espacial da Igreja católica), com a implantação de dioceses. Este período histórico é, portanto, quando a atividade rural gera um certo número de cidades. Esta primeira rede urbana será completada por algumas cidades que nascem com o traçado da ferrovia. Pode-se dizer talvez que este é o período em que os campos fazem as cidades.

I.2 Ausência de um verdadeiro campesinato

É durante o período que vai da Conquista até os meados do século XIX que os traços de uma sociedade rural quebequense se forjam, no sentido em que vai se definindo a ruralidade, ou seja, uma sociedade agrária. Todavia, mesmo se alguns antropólogos falam de campesinato no Québec, este conceito europeu, como muitos outros, provoca mais confusão do que esclarecimento sobre as realidades no Québec. Sejamos claros, nunca houve um campesinato no seio de uma sociedade rural no Québec. No momento em que

² O termo em francês "coureurs des bois" denomina aqueles aventureiros da Nova França que exploravam os recursos naturais das florestas, especialmente através do comércio de peles. N. do T.

³ No Québec, *rang* é uma parte do território de uma municipalidade rural, formada de uma série de propriedades agrícolas paralelas de forma retangular. N. do T.

estes colonos puderam formar uma verdadeira classe camponesa, a integração econômica continental e as perspectivas de emprego na Nova Inglaterra, em plena revolução industrial, fizeram passar a agricultura autárquica do Québec a uma agricultura comercial, engendrando um vasto movimento de êxodo rural, o que confirmava a superficialidade desta cultura rural quebequense que contrastava fortemente com aquele apego ao solo, ao território que caracterizava as culturas rurais européias. Os mais recentes trabalhos de historiadores atestam que esta pretensa sociedade rural foi, de fato, uma sociedade fortemente móvel e constantemente em busca de melhores terras ou de outros recursos rurais (como a floresta) para assegurar uma subsistência mais abastada.

1.3 Crescimento populacional e sobrevivência

Os movimentos de colonização de novas regiões, longe do núcleo de origem de povoamento que é o corredor do São Lourenço, não são provavelmente o fruto de uma sociedade rural consciente dela mesma, mas de uma estratégia para sair de uma crise, evidentemente aquela do crescimento econômico do vale do São Lourenço. Desta experiência histórica do Québec, ficamos com a impressão de que a ruralidade se construiu lentamente segundo valores e representações negativas. O rural seria a sobrevivência difícil num meio indomável, inóspito; nele, pode-se viver, mas a sobrevivência exige um trabalho árduo e penoso.

No entanto, desde o final do século XX e a partir de um discurso profundamente urbano, tem-se uma representação muito positiva da ruralidade. Representação igualmente construída socialmente, esta faz da ruralidade um meio saudável, vivificante, propício ao desenvolvimento pessoal e social. A sociedade urbana e industrial produz imagens muito valorizadas das áreas rurais e nas quais os habitantes rurais nem sempre se identificam. Mas este discurso urbanita sobre o rural é bem aquele que corre o risco de receber a atenção dos políticos, majoritariamente de origem urbana.

1.4 Uma urbanidade rural

Segundo nossos manuais de história, mais uma vez, a passagem de uma sociedade rural a uma sociedade urbana no Québec foi excessivamente rápida, ou seja, em algumas décadas no início do século XX e vigorosamente impulsionada pela industrialização. Segundo Estatística Canadá, a população urbana representava apenas 30% da população total canadense em 1901. Mas, desde 1931, essa população representa mais de 60%. Depois da Segunda Guerra Mundial, a industrialização e a modernização da sociedade quebequense se aceleraram. Ela está pronta, então, para a sua “revolução tranqüila” e para a sua urbanização definitiva.⁴

⁴ A “revolução tranqüila” no Québec dos anos 1960 provocou uma profunda secularização da sociedade e consolidou sua democracia. De cunho liberal, ela foi marcada por mudanças políticas influenciadas pelo nacionalismo (nacionalização de empresas de energia), pelo anticlericalismo (ensino público laico) e pelo feminismo (participação mais equitativa da mulher, especialmente na esfera política e econômica). N. do T.

Mas estas cidades do Québec acolhem não apenas gerações de migrantes com origem rural, mas também os quadros sociais da ruralidade (a paróquia religiosa como lugar identitário, as redes de parentesco como fatores estruturantes dos laços sociais e econômicos). Podemos também nos perguntar se houve uma urbanização real, se estes cidadãos foram verdadeiros urbanitas ou rurais que partiram para as cidades e nelas reproduziram o essencial de sua cultura rural.

Do ponto de vista da construção da armadura urbana – do período que vai do final do século XIX até a década de 1960 – o fenômeno de industrialização e a terceirização da economia favoreceu a criação e a difusão de empregos nas cidades, de modo que as zonas rurais no perímetro urbano se tornaram zonas residenciais de trabalhadores urbanos que preferem o modo de vida rural e que podem se deslocar, através de automóveis particulares ou de ônibus ou lotações que fazem o trajeto rural-urbano. Pode-se dizer talvez que este é o período em que as cidades fazem os campos.

1.5 Uma metropolização singular

A armadura urbana do Québec apresenta um certo desequilíbrio com “capitais regionais”, que de fato são pequenas cidades, e uma metrópole (Montreal) que, com sua periferia, concentra praticamente a metade da população do Québec. Estaríamos, então, em plena pós-modernidade com nosso próprio fenômeno clássico de metropolização. Mas o que é inquietante com essa metropolização é a desarticulação entre a economia desta metrópole (e suas bases como aeronáutica, farmácia, engenharia etc...) e a economia das regiões do Québec que, ao invés de se complementarem mutuamente, estão numa relativa independência (CÔTÉ 1996). Neste contexto, o dinamismo econômico de Montreal não se difunde pelas regiões e a recíproca é verdadeira.

Uma tal situação não favorece uma tomada de consciência da interdependência rural-urbana por parte dos cidadãos. Por exemplo, são os equipamentos hidroelétricos instalados nas regiões rurais que fornecem uma energia relativamente barata às populações urbanas, contribuindo assim à sua prosperidade, mas tal relação nem sequer é explicada e compreendida pelas populações urbanas.

1.6 A ruralidade e a urbanidade em recomposição

Essa breve retrospectiva histórica serve para demonstrar que a ruralidade é, provavelmente, muito mais uma forma de construção social que uma realidade empírica facilmente identificável. Não sabemos bem quando ela começa nem onde ela termina. A definição operacional nas estatísticas oficiais classifica de rural aquilo que não é urbano, uma realidade mais facilmente observada. Em suma, a definição de ruralidade é um tipo de produção social, cujo conteúdo pode ser diferente segundo diversos grupos sociais e diferentes períodos. Vimos anteriormente como a história regional do Québec forjou uma imagem negativa da ruralidade que contrasta com a sua atual e recente valorização positiva. Aliás, as ciências sociais do Québec ignoraram a ruralidade ou a pensaram sob o paradigma evolucionista dominante na sociologia americana do pós-guerra. No modelo americano, toda a sociedade passa de um estágio tradicional a um moderno; neste último, a ruralidade

é associada ao tradicional, ela não tem lugar na modernidade. O desafio atual é exatamente esse de refletir corretamente sobre a ruralidade na modernidade e na pós-modernidade.

Nossa hipótese é de que assistimos atualmente ao que poderíamos chamar uma recomposição das relações entre o rural e o urbano no Québec. De um lado, pessoas rurais convivem na cidade todos os dias para fins de trabalho e consumo; aliás, são elas rurais ou urbanas? É difícil saber. De outro lado, muitos cidadãos procuram aproveitar as amenidades rurais e eles ocupam, de certa forma, o meio rural. A propósito, os trabalhos que realizamos com a Universidade rural quebequense mostram que os rurais se sentem mal entendidos pelos urbanos num momento em que os sinais de interdependência rural-urbana são muitos, porém mal conhecidos por ambos. E isso favorece a abertura de um vasto campo de pesquisa, sendo útil o estudo das experiências estrangeiras. Por exemplo, a realidade biofísica de um país como o Japão acelerou a tomada de consciência urbana da necessidade de manter os ordenamentos rurais para assegurar, por exemplo, o ciclo da água. Atualmente, uma parte da taxa de água urbana de Tóquio retorna diretamente para a política rural japonesa.

2 Rumo a um desenvolvimento territorial solidário

Temos consciência de que uma análise dos elementos da evolução das relações entre o rural e o urbano necessita maior profundidade do que a abordagem aqui apresentada de forma telescópica. Esse aprofundamento analítico é importante para entrar na discussão sobre os desafios que poderão fazer parte dos debates futuros sobre nossos modos de organização espacial.

A concepção que gostaríamos de defender aqui é aquela que se poderia chamar de um desenvolvimento territorial solidário, um desenvolvimento territorial que se inspira nos princípios do desenvolvimento sustentável, que se apóia sobre uma concepção renovada do papel do Estado e das políticas públicas, que repousa sobre uma melhor compreensão de interdependência das economias rurais e urbanas e que, finalmente, se conjuga com uma nova *gouvernance* cidadã.

2.1 A questão ambiental e o desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável é a harmonização entre as oportunidades econômicas, as limitações ambientais e as expectativas sociais de uma dada população. Segundo tal definição, trata-se de um *approach* global que implica um processo de tomada de decisão que toca diretamente às dimensões econômicas e sociais. Mas estamos atualmente frente a um paradoxo. A ruralidade e os rurais, mais próximos da natureza, se tornariam, devido aos modos de gestão e de produção atuais, incapazes de fazer frente aos cuidados necessários ao meio ambiente. Portanto, torna-se um imperativo pensar em "sistemas rurais sustentáveis" baseados sobre o reconhecimento de realidades ambientais.⁵

⁵ Como já é o caso dos conselhos de bacias (rio Rimouski, por exemplo) e os clubes agro-ambientais que contam com milhares de produtores agrícolas. N. do A.

Estes sistemas devem ser também baseados sobre a auto-responsabilidade dos produtores, sem sacrificar o princípio de precaução, e sem submeter práticas agrícolas a uma infinita "judicialização".⁶

Filmes como *O Horror Boreal*, de Richard Desjardins, e *Bacon, o filme*, encomendado pela União camponesa, lançaram uma grande dúvida sobre a pretensa capacidade dos rurais de gerar seu meio ambiente. Mas estes sinais de alarme, que visam sensibilizar um público urbano, não sinalizam um número considerável de esforços dos rurais na gestão racional das terras como das florestas e que começam a dar resultados palpáveis. Para nós, está claro que o *approach* do desenvolvimento sustentável é uma via na qual devemos nos engajar resolutamente. Os rurais pensam assim também. Se os escutamos, veremos como eles estão inquietos com as práticas das grandes sociedades intervenientes no meio rural e sobre as quais eles não têm nenhum poder. Mas há uma aproximação do olhar urbano sobre as realidades rurais. A questão ambiental é uma questão que interessa a toda a sociedade. Como existem problemas ambientais no meio rural, as populações urbanas se interessam por eles e isso não deixa indiferente os atores políticos. Se a questão ambiental abre uma nova oportunidade para o mundo rural receber a atenção de toda a sociedade, é desejável que isso se torne também ocasião de tecer um diálogo rural-urbano construtivo, pois todo processo de desenvolvimento da ruralidade no Québec passa pela solidariedade entre urbanos e rurais.

Finalmente, o desenvolvimento rural supõe, atualmente, o reconhecimento do caráter multifuncional dos territórios rurais que precisam de uma difícil, mas necessária, harmonização entre as dimensões econômica, ecológica e social, cara a toda estratégia de desenvolvimento. Isso implica também um reforço das capacidades de ações das comunidades rurais. Mas será necessário primeiramente apreender melhor nossa ruralidade, fazer o inventário das inovações sociais, culturais, econômicas e institucionais que os rurais empreenderam para ordenar seu devir. A ruralidade é rica em ensinamentos que podem renovar nossa compreensão sobre as relações entre o rural e o urbano e oferecer soluções inéditas para o desenvolvimento da sociedade quebequense no seu conjunto.

2.2. A renovação do papel do Estado e das políticas públicas

Depois do período fortemente intervencionista do Estado providência, estamos num período de retração do Estado. Como consta em nosso livro *Território do futuro* (JEAN, 1997), "se o Estado parece não precisar do mundo rural, o mundo rural precisa do Estado. A política constitui uma instância que, justamente, pode desempenhar um papel decisivo na medida em que os rurais, abandonados a si mesmos, não podem sozinhos dirigir seu próprio futuro". A questão da manutenção dos serviços públicos no meio rural ilustra bem isso; o Estado é diretamente interpelado no seu modo de funcionamento e na sua

⁶ Trata-se de um neologismo já existente na sociologia de língua francesa. Por exemplo: LABERGE, D. e LANDREVILLE, P. *La judiciarisation des problèmes sociaux*. In : DUMONT, Fernand et al. (dir) *Traité des problèmes sociaux*. Québec, 1994. N. do T.

capacidade de se adaptar às realidades rurais.

Avanços importantes foram feitos e falso seria afirmar que o Estado é insensível à problemática do meio rural. O *Plano de ação rural* do governo federal e a fundação de uma Secretaria rural são iniciativas importantes. A *Política nacional da ruralidade* do Québec introduziu também uma "cláusula territorial" em todas as políticas governamentais.

Os governos estão efetivamente em busca de novos modelos de intervenção para apoiar ou acompanhar os esforços necessários a fim de evitar que boa parte das economias rurais vá à deriva. Os poderes públicos deverão, para responder às expectativas dos rurais, agir em dois níveis assaz distantes. De um lado, o desenvolvimento rural requer que os governos esclareçam suas políticas macro-econômicas (e sociais), pois o que preocupa os atores econômicos é a ausência de regras claras e eqüitativas. De outro lado, o desenvolvimento rural não será possível sem esta atenção do Estado ao desenvolvimento das comunidades rurais através de programas maleáveis, moduláveis e descentralizados para acompanhar o esforço de desenvolvimento já presente nessas comunidades rurais.

2.3 Para uma melhor compreensão da interdependência cidade-campo

Como a opinião pública, os poderes públicos questionam sobre o devir da ruralidade na modernidade avançada⁷. Muitos indicadores sócio-econômicos demonstram um declínio rural enquanto que certos pesquisadores apontam para a aparição de sinais de um renascimento rural. É preciso refutar aquele discurso urbano que questiona se a campanha serve ainda para alguma coisa na nossa sociedade e na nossa economia. Nosso trabalho acadêmico e científico deveria consistir em evidenciar os laços de interdependência que unem as regiões rurais e urbanas neste país. Uma melhor compreensão desses laços faria da população urbana a melhor defensora das políticas de apoio à revitalização rural. Os cidadãos de Santa Paula, localidade próxima de Matane, salvaram sua escola no meio rural ao compreender que os ônibus escolares circulavam nos dois sentidos (rural e urbano) e que eles poderiam então trazer e levar as crianças urbanas na escola primária da localidade.

Como na Europa, a política rural japonesa é baseada sobre o reconhecimento do caráter multifuncional dos territórios rurais. Essas políticas deveriam inspirar a nossa política rural, aquela que poderemos esperar ainda muito tempo. É preciso reconhecer o papel do poder público no apoio aos territórios rurais e admitir que isto não é um entrave ao comércio agrícola como queriam fazer crer os funcionários da OMC.

Uma tal política deveria também repousar sobre um exercício pedagógico que consistiria em promover uma melhor compreensão, ao conjunto da sociedade, sobre os laços de interdependência que unem as regiões urbanas e rurais mesmo aquelas mais distantes. Um outro exemplo: sem os grandes rios que caracterizam estes territórios, o que seria da nossa indústria hidroelétrica? Continuará a ser um florão do Québec e um fermento

⁷ O termo em francês "modernité avancée" empregado pelo autor é similar ao conceito de modernidade reflexiva, do sociólogo alemão Ulrich Beck, ou de modernidade tardia, do inglês Anthony Giddens. N. do T.

ao desenvolvimento de toda sociedade?

Esta questão de uma melhor compreensão dos laços de interdependência entre as economias rurais e urbanas neste país é fundamental. Os rurais fornecem bens (recursos primários) e serviços ecológicos a toda sociedade; os preços dos primeiros baixam sem cessar e os segundos não são nem mesmo remunerados. Mas estes deverão ser remunerados em breve, por mecanismos a inventar. Recursos rurais (alimentos, energia, amenidades paisagísticas rurais etc.) asseguram a qualidade de vida dos urbanitas. Quando as populações urbanas pagam estes recursos a baixo preço, não é surpreendente que as economias rurais se portem mal. É preciso então fazer algo para que recursos urbanos (essencialmente financeiros) venham dar suporte ao processo de revitalização rural. A Fundação canadense para a revitalização rural pleiteia que toda a sociedade, num gesto de solidariedade bem entendido, deve apoiar uma vigorosa política rural capaz de atingir com êxito uma revitalização rural.⁸

Esta temática se impõe com uma certa urgência quando se considera a percepção dos rurais face à sua própria situação na sociedade quebequense. No outono de 1999, quando a Universidade rural quebequense no baixo São Lourenço convidou os rurais a se expressar sobre o que eles fariam se estivessem na chefia do ministério do desenvolvimento rural, eles identificaram quatro problemas: 1) a aceleração do fenômeno de desvitalização ou de desertificação das regiões rurais isoladas ou distantes das zonas metropolitanas; 2) o tratamento discriminatório do campo em relação à cidade; 3) a ineficiência dos mecanismos de apoio governamental ao processo de desenvolvimento; 4) a problemática do desenvolvimento sustentável em meio rural.

2.4 O desenvolvimento de uma nova *gouvernance* rural e cidadã

Nos últimos anos, a noção de *gouvernance* se encontra na linguagem científica, jornalística e mesmo naquela de certas organizações como Solidariedade Rural do Québec. A noção de *gouvernance* foi popularizada pelas agências das Nações Unidas, como o PNUD, que entendia, sob o conceito de *bonne gouvernance*, aquelas práticas de administração pública nos países em desenvolvimento; de um lado, uma boa gestão de finanças públicas e, de outro, uma maior democratização dos regimes políticos.

Mas o conceito de *gouvernance*, sem seu qualificativo, designa uma realidade sensivelmente diferente, um modo específico de organização governamental (local, regional ou nacional) e que se revela na maneira em que o governo administra suas relações com as outras forças sócio-econômicas atuantes na sociedade (Carrier e Jean 2000). Para os cientistas, trata-se de um novo paradigma no qual a *gouvernance* se inscreve no universo conceitual mais amplo com outros conceitos inter-relacionados como aquele de sociedade civil, de setor comunitário e de parceria.

No que tange às realidades rurais, a *gouvernance* significa os arranjos institucionais inéditos que fazem com que os governos locais exerçam um poder eficiente, isto é, um poder que toma decisões, que se posiciona sobre o destino das comunidades locais. Fala-se de

⁸ ver: www.crrf.ca

nova *gouvernance* rural, mas se poderia dizer o mesmo da *gouvernance* urbana, para designar o fato de que estamos vivendo a introdução desta nova *gouvernance* rural em certos lugares onde os governos locais deixam seu domínio de jurisdição tradicional imposto pelos governos superiores (os governos locais eram “criações” dos estados, como se vê bem no debate sobre as fusões) para obter meios de intervenção naquilo que se poderia chamar de “desenvolvimento”. A nova *gouvernance* rural designa, então, uma nova maneira de exercer o poder e de tomar decisões; e ela coloca em cena três grandes categorias de atores: o poder municipal; o poder dos atores econômicos privados tendo uma presença local; e, o poder da sociedade civil ou dos organismos comunitários.

Nos moldes da *gouvernance* tradicional, estas três grandes forças presentes nas comunidades locais perseguem cada uma sua finalidade sem muita interação no mundo econômico e social percebido como relativamente estável. O mosaico de comunidades rurais relativamente homogêneas que caracterizava o Quebec de outrora, dá lugar, atualmente, a um mundo competitivo onde algumas comunidades rurais (e regiões) ganham e outras perdem. Para estar do lado das comunidades que ganham, parecia que seria preciso fazer arranjos e parcerias entre os setores (público, privado e comunitários). Ao contrário, constatou-se que as “pequenas cidades prósperas” (Solidariedade Rural do Québec, 1996) eram justamente aquelas onde uma análise aprofundada da dinâmica local mostrava que esta parceria entre as diferentes forças locais era ativada para produzir arranjos institucionais locais inéditos e que iam além das tradicionais iniciativas fiscais da municipalidade para atrair uma empresa para o seu território.

A nova *gouvernance* local que parece predominar em certos lugares é esta nova maneira em que as comunidades locais organizam a tomada de decisão no que concerne aos grandes domínios da vida sócio-econômica da comunidade. Aliás, essa *gouvernance* implica várias coisas como o “reforço das capacidades” das comunidades em gerar seus próprios negócios; e, isso abre um vasto campo de trabalho para diversas organizações e para gerações de agentes do desenvolvimento. Isso tudo vem num contexto em que as tradicionais teorias do desenvolvimento econômico local estão em profunda mudança. Enquanto as teorias tradicionais enfatizavam os fatores como localização favorável, a presença de recursos naturais e de investimentos externos, as novas teorias do desenvolvimento local acentuam fatores imateriais ou intangíveis como o tino empresarial, a parceria, as capacidades inovadoras do meio e o capital social.

Estas teorias econômicas reconhecem o papel nada negligente dos fatores sociais na localização das empresas e na prosperidade para além dos parâmetros econômicos e financeiros habituais. Isso quer dizer que uma empresa que vai criar empregos, pagar taxas, estimular a construção civil etc, tomará em consideração fatores sociais ligados à qualidade de vida na comunidade. Afinal, ela sabe que se a vida social é agradável é porque o setor comunitário anima o meio; os trabalhadores virão trabalhar mais animados e serão mais fiéis à empresa. Nesta nova *gouvernance* rural, o poder municipal se sentirá autorizado a promover um diálogo com o setor privado e a fazer investimentos públicos que tornem atrativa a comunidade frente a uma certa empresa que queira se instalar no local. Pode-se então ter como hipótese que as comunidades em processo de desvitalização são também aquelas onde a *gouvernance* não é apropriada, não produzindo sinergias e

inovações sociais e institucionais aptas a assegurar o desenvolvimento da comunidade.

É preciso sublinhar aqui que um novo campo de estudos da *gouvernance* rural está atualmente em construção. Compreender a dinâmica da *gouvernance* própria a cada comunidade não é uma tarefa fácil, pois desvendar tal dinâmica requer um longo trabalho do tipo antropológico com atores chave da comunidade nos três domínios (público, privado e comunitário) da *gouvernance*. Este trabalho é facilitado, geralmente, pelo estudo de certos conflitos no seio da comunidade e que levam seus membros a tomar decisões; assim, a comunidade pode se revelar a ela mesma. Isso pode ocorrer através de um conflito interno ou de um acontecimento exterior que é percebido como uma ameaça para alguns e uma oportunidade para outros segundo a concepção que se tem da identidade local. Atualmente, nos trabalhos realizados pela Fundação canadense para a revitalização rural, com sua iniciativa de pesquisa sobre a “nova economia rural”, parece que a noção de *gouvernance* se inscreve neste universo conceitual onde é preciso introduzir o conceito de “coesão social”, noção que reporta a um grande valor ético, a um indicador de desenvolvimento social. Pois essa noção reconhece implicitamente a existência de estratificação social e de antagonismos sociais entre os grupos com interesses diversos e isso pode se revelar também na análise de uma comunidade local determinada. A coesão social se torna, então, um objetivo confesso das políticas sociais e econômicas.

À guisa de conclusão

A sociedade quebequense é uma sociedade jovem, no sentido dado pelo historiador Gerard Bouchard, e na qual o deslocamento espacial é particularmente assimétrico, com uma concentração da população no corredor do São Lourenço em torno do qual se ordenam muitos territórios ou regiões provenientes de movimentos de colonização. Também, o desenvolvimento do Québec de hoje aponta para a problemática do desenvolvimento de todos seus territórios.

Os diferentes estudos em desenvolvimento regional mostram que há uma série de inter-relações econômicas e interdependências, seguidamente mal compreendidas entre a economia destes territórios e a das regiões metropolitanas, essencialmente de Montreal. Por exemplo, a produção de hidroeletricidade provém de recursos rurais da Costa Norte, mas esta região não recebe uma parte justa dos dividendos que o Québec aproveita. A prosperidade da economia urbana se explica por esta valorização dos recursos rurais (pode-se falar de recursos florestais e agrícolas) e cujos valores agregados escapam aos rurais, pois estes valores são absorvidos pela economia urbana. Por exemplo, 50% dos empregos na transformação agro-alimentar e mais de 50% do valor dos produtos são gerados nas empresas da região de Montreal.

O desenvolvimento de vastas regiões do Québec, geralmente rurais, não poderá se fazer com os únicos recursos destes territórios, aliás, geralmente, muito pouco povoados. O desenvolvimento de todos os territórios do Québec se torna uma questão que concerne a toda sociedade quebequense e não somente aos cidadãos destas regiões. É preciso então superar um certo egoísmo territorial rumo a um desenvolvimento

territorial solidário que faça caducar as veleidades de discutir “empréstimos”, a um modelo que vai criar um novo Québec, até então dividido em dois: aquele das cidades dinâmicas e aquele de uma ruralidade sobrevivendo de “empréstimos” e que cria a prosperidade alhures.

Um extenso trabalho de educação sócio-política resta por fazer para mostrar as vantagens recíprocas de uma aproximação de parceria em prol daquilo que se tornará um grande projeto de sociedade no Québec, ou seja, o desenvolvimento territorial solidário. Isso quer dizer que recursos físicos das cidades irão servir aos governos para manter e desenvolver serviços nas zonas rurais de fraca densidade, e, em retorno, estas zonas poderão continuar a oferecer várias amenidades rurais que já são apreciadas pelas populações urbanas.

Neste contexto, falar de um desenvolvimento territorial solidário não é um discurso encantador podendo parecer como inspirado por uma certa ideologia romântica do desenvolvimento. Trata-se de um processo a fim de revelar os laços de interdependência entre as economias de territórios do Québec e sua economia metropolitana. Afinal, se os cidadãos pudessem melhor compreender estes laços, os cidadãos, representando algo em torno de 80% do eleitorado, seriam os primeiros defensores do desenvolvimento regional e rural no Québec e do desenvolvimento de todas as regiões do Québec. Teríamos, então, um contexto sócio-político onde a instância pública teria justificativas para praticar políticas de redistribuição da riqueza coletiva em favor dos territórios que contribuíram à sua formação e que o sistema econômico atual não realiza eficazmente.

Mas gostaríamos de sublinhar a acuidade da dimensão política que se coloca para a ruralidade. E a colocamos a partir de um conceito político, aquele da cidadania. A cidadania quer dizer direitos e deveres. Mas o direito fundamental da cidadania é o acesso aos recursos e vantagens que são constitutivas da própria cidadania. No Québec, como a saúde e a educação são organizadas publicamente pelas instâncias estatais, a cidadania dá acesso universal a estes serviços públicos. Isso se torna muito difícil em certos casos e levanta a questão da manutenção dos serviços vistos anteriormente. Os rurais aceitam se deslocar por longas distâncias para obter, por exemplo, atendimento de saúde. Eles não reclamam necessariamente por certos atendimentos em sua localidade.

A cidadania não se reporta somente às relações dos rurais com sua comunidade ou com as instâncias políticas mais distantes. Por razões geralmente opostas (expectativa dos cidadãos numa ótica de subsídios ou abandono de obrigações governamentais centrais), assiste-se a uma redimensão do papel dos governos locais. Uma nova questão de importância emerge, então: o reforço da *gouvernance* local, entendida não somente no sentido da capacidade de governar, mas de uma nova *gouvernance*, baseada sobre a capacidade de promover a sinergia entre o setor econômico local, o poder municipal e as organizações comunitárias. As comunidades prósperas parecem bem aquelas que são capazes de realizar essa nova *gouvernance* local onde as diferentes forças sócio-econômicas agem mais em sinergia, cada uma capaz de superar seus interesses próprios e de ver o interesse geral. Esta nova *gouvernance* é cada vez mais necessária do que as fusões municipais indicam e isto é verdadeiro para todos os tipos de ruralidade, malgrado os novos equilíbrios entre as pequenas municipalidades rurais e as cidades-centro de cada

Municipalités Régionales de Comté (MRC).

Se muito foi falado sobre descentralização no Québec, visto sob o ângulo da ruralidade, trata-se sempre de um grande desafio, pois as iniciativas, neste sentido, aparecem bem tímidas ou limitadas. Como evocamos anteriormente, é bem possível que a realidade demográfica faça mudar as coisas no sentido de uma inovação e de uma criatividade institucional para as quais é preciso saber que os rurais são amplamente capazes. A identificação das melhores estratégias a realizar em prol deste desenvolvimento territorial solidário não é uma tarefa pequena, mas deverá ser um vasto campo de trabalho para pesquisadores e atores do desenvolvimento territorial no Québec dos próximos anos.

Referências

- CARRIER, Mario et Bruno JEAN. 2000. «La reconstruction de la légitimité des collectivités rurales: entre gouvernement et gouvernance» dans Mario Carrier et Serge Côté, dir., *Gouvernance et territoires ruraux. Éléments d'un débat sur la responsabilité du développement*, Québec, Presses de l'Université du Québec, Coll. «Sciences régionales».
- CÔTÉ, Serge. 1996. «Relations économiques régionales et hétérogénéité de l'espace québécois». *Recherches sociographiques*, vol. 38, no 3, septembre-décembre. Pages 517-536.
- COURVILLE, Serge. 2000. *Le Québec: genèse et mutations du territoire: synthèse de géographie historique*. Coll. Géographie historique. Ste-Foy, Presses de l'Université Laval. 508 p.
- COURVILLE, Serge, dir. 1996. *Population et territoire*. Coll. Atlas historique du Québec. Ste-Foy, Presses de l'Université Laval. 182 p.
- GRIDEQ. 1975. *La problématique du développement en milieu rural*, Rimouski, UQAR/GRIDEQ.
- HARVEY, Fernand. 1996. «La genèse des espaces régionaux au Québec depuis 1608». *Trames*, no 11. Pages 32-42.
- JEAN, Bruno. 2003. «La construction sociale de la ruralité» dans Philippe Poullaouec-Gonidec, Sylvain Paquette et Gérald Domon, dir. *Le temps du paysage*, Montréal, Les Presses de l'Université de Montréal. Pages 105-124.
- JEAN, Bruno. 2002. «La reconnaissance politique de la ruralité québécoise» dans *l'Annuaire du Québec 2003*, de Rock Côté et Michel Venne, dir., Montréal, Éditions Fides. Pages 231-241.
- JEAN, Bruno. 1997. *Territoires d'avenir. Pour une sociologie de la ruralité*. Québec, Presses de l'Université du Québec. 318 p.
- JEAN, Bruno. 2003. «La question rurale. La place de la modernité avancée et la recomposition des systèmes ruraux au Québec» dans *Les Carnets de l'Observatoire des rapports entre rural et urbain*, (UMR Dynamiques sociales et recomposition des espaces du CNRS, LADYSS), no

2, janvier. Pages 5-31.

RECHERCHES SOCIOGRAPHIQUES. 1988. *Le monde rural*, vol. 29, no 2/3. Pages 171-520.

POULLE, François et Yves GORGEU. 1997. *Essai sur l'urbanité rurale*. Paris, Syros.

SAINT-PIERRE, Diane. 1994. *L'évolution municipale du Québec des régions: un bilan historique*. Ste-Foy, Union des MRC du Québec. 198 p.

SOLIDARITÉ RURALE DU QUÉBEC. 1996. *Opération des villages prospères (1996)*. Rapport du groupe de travail, le 9 octobre. <http://www.solidarite-rurale.qc.ca/outils.html>

Recebido para publicação em 12/09/2005

Aceito para publicação em 31/10/2005